



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1595597 - RJ
(2019/0297860-8)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : FRANCISCA MATOS SILVA
ADVOGADOS : BRUNO MEDEIROS SAMPAIO - RJ109135
HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO - RJ101253
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : LARISSA MARIA SILVA TAVARES E OUTRO(S) - RJ181320
PATRICIA DUARTE DAMATO PERSEU - RJ108990
INTERES. : FABIO ARBEX ARAUJO
ADVOGADO : PAULO ROBERTO DE ANDRADE ROXO CHRISPIM - RJ150345

DECISÃO

Diante das razões apresentadas no agravo interno de e-STJ Fls. 314/321, reconsidero a decisão de e-STJ Fls. 311/312 e passo à nova análise do agravo em recurso especial.

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal.

Ação: ação de imissão de posse ajuizada pela Caixa Econômica Federal em face da agravante e relativa a contrato de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Decisão interlocutória: deferiu o requerimento protocolado por Fábio Arbex Araújo no sentido de ingressar no feito na qualidade de assistente da CEF.

Decisão de admissibilidade do TRF2: inadmitiu o recurso especial por ser fundado em: i) inoccorrência de negativa de prestação jurisdicional; ii) incidência da Súmula 7/STJ e iii) consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

ARESP de FRANCISCA MATOS SILVA: não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos referidos óbices: i) incidência da Súmula 7/STJ e ii)

consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora